



RELATÓRIO E CONTAS 2018



Mafra, 28 de Fevereiro de 2019



Handwritten signature and initials in blue ink.

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

**GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS,
INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M. S.A.**

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2640-486 Mafra

Capital Social 900.000,00 euros
Matrícula nº 3 da C.R.C. Mafra
Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE - Dr. Hugo Manuel Moreira Luís
SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
VOGAL – Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
VOGAL – Dr.ª Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC
SUPLENTE – Dr.ª Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

INDICE

- 1. Relatório de Gestão**
- 2. Balanço**
- 3. Demonstração de Resultados**
- 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- 5. Anexo às Demonstrações Financeiras**
- 6. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio**
- 7. Certificação Legal das Contas**
- 8. Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

1 – Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

X
GR
N.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento da Lei, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2018.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

1. INTRODUÇÃO

A **GIATUL**, ao longo do exercício de 2018, demonstrou mais uma vez, capacidade de adaptação às novas exigências económicas e financeiras impostas pelo ambiente nacional e exigidas pelo seu acionista. Assim, a implementação de fortes medidas de otimização operacional tomadas nos últimos anos, foram fundamentais para preparar e lançar a empresa neste novo paradigma.

Através da adequação da equipa de colaboradores que permite uma maior capacidade e oferta de serviços e mantendo-se o objetivo de melhoria das condições contratuais com fornecedores e prestadores de serviços, foi possível atingir um nível de resultados que garantem uma maior sustentabilidade e autonomia da sociedade.

Foi neste contexto, que atingiu um Volume de Negócios de 5.950.603,58€ (Cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, seiscentos e três euros e cinquenta e oito cêntimos), uma redução do Passivo em 800.852,57€ (Oitocentos mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos) e uma margem de EBITDA de 12,08%.

2. HISTORIAL

A **GIATUL** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005, o parceiro Orbitur, SA cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em Março de 2008, a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em Agosto de 2010, a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A." e o capital social da empresa passou a ser de 900.000,00€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.

2. EVOLUÇÃO DA EMPRESA

2.1 Atividade de Turismo e Lazer

O sector de turismo, para o Município é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o **Ericeira Camping** um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do **Ericeira Camping**, visa:

- Promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.

X
OM
W.

- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua atividade.
- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação desta infraestrutura, às constantes exigências legais e de mercado, de acordo com o Plano de Investimentos.

Com estes objetivos e procurando responder às necessidades do mercado, a **GIATUL** oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para Campismo com capacidade para 1.800 unidades de alojamento
- Mobile Homes – 43 unidades
- Espaços para Autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades - 98 camas
- Teepees - 20 unidades - 40 Camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

A Auto-Estrada A21, veio facilitar a ligação direta entre Lisboa, Mafra e Ericeira, tornando-se uma mais-valia para os utilizadores deste equipamento turístico.

Ranking Nacional

No mercado nacional da oferta no sector do campismo, a **GIATUL** ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas, para além das características dos recursos primários e secundários que a região oferece para a atividade de turismo de lazer.

A área reservada ao estacionamento de autocaravanas, tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para Campismo, é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Parque de Campismo de Mil Regos uma capacidade para 1.800 campistas, representando cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

X
emf
V

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o **Ericeira Camping** uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Utilizadores

A evolução dos utilizadores por nacionalidades, utentes e noites, foi a seguinte:

Nacionalidade	2017		2018		% 2017 _ 2018	
	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites
PORTUGUESES	20.843	64.314	21.826	73.561	5%	14%
TOTAL ESTRANGEIROS	12.384	33.259	13.953	38.591	13%	16%
ALEMA	2.551	7.505	2.613	8.653	2%	15%
FRANCESA	2.490	7.123	2.109	6.391	-15%	-10%
ESPAÑHOLA	2.296	7.019	1.908	6.678	-17%	-5%
PAISES BAIXOS	857	2.948	951	3.408	11%	16%
REINO UNIDO	563	1.767	530	1.999	-6%	13%
ITALIANA	456	1.259	416	1.359	-9%	8%
BELGA	349	1.198	326	1.298	-7%	8%
SUIÇA	359	1.010	485	1.285	35%	27%
AUSTRALIANA	119	275	126	336	6%	22%
VARIOS	2.344	3.155	4.489	7.184	92%	128%
TOTAL GERAL	33.227	97.573	35.779	112.152	8%	15%

Durante o ano de 2018, foi possível verificar-se os resultados do investimento realizado nos anos anteriores na promoção do concelho de Mafra que tem alavancado a sua notoriedade, nomeadamente da vila da Ericeira, permitindo a obtenção de boas taxas de crescimento de visitantes e consequentemente de dormidas. Poder-se-á concluir, através da análise do quadro anterior, que o número de utentes nacionais aumentou 5% por dia e 14% por noite face ao ano anterior. O número de utentes estrangeiros aumentou em 13% e o número médio de noites de permanência subiu 16%. Em termos de repartição por mercados, assistiu-se a uma maior procura do mercado externo face ao interno. O mercado interno representa 65,59% das dormidas. Embora com espaço para crescer, entendemos que cerca de 34,41% de

dormidas de estrangeiros, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.

A distribuição das receitas no Parque de Campismo, foi no exercício de 2018 a seguinte:

Utentes	2018	2017	Diferença	%
Campismo Eventual	364.974,80€	340.451,17€	24.523,63€	7,20%
Acordos Comerciais	459.838,01€	423.293,65€	36.544,36€	8,63%
Bungalows	190.452,27€	189.849,56€	602,71€	0,32%
Contratos M. Homes	90.956,45€	88.870,70€	2.085,75€	2,35%
Teepees	24.701,85€	24.415,25€	286,60€	1,17%
Eletricidade	35.601,16€	29.472,76€	6.128,40€	20,79%
Espaços Verdes	3.075,00€	2.955,00€	120,00€	4,06%
Água	4.997,00€	5.174,50€	-177,50€	-3,43%
Rendas / Concessões	30.212,88€	29.491,22€	721,66€	2,45%
Máquina de Café	4.130,50€	3.787,49€	343,01€	9,06%
Lavagem Roupa	4.104,55€	3.766,50€	338,05€	8,98%
Adaptadores	2.640,00€	2.880,00€	-240,00€	-8,33%
Máquinas de Jogos	1.547,05€	1.503,80€	43,25€	2,88%
	1.217.231,52€	1.145.911,60€	71.319,92€	5,69%

Em termos comparativos, verifica-se que em 2018 foi possível registar uma melhoria das receitas, tendo registado um acréscimo de 5,69%, apesar da maior oferta de camas disponível na Ericeira, nomeadamente através dos *Hostels* e do alojamento local que nos últimos quatro anos tem proporcionado uma maior oferta.

Eventos

No capítulo das atividades e eventos, deveremos salientar a realização de diversas iniciativas, que potenciaram a divulgação do Concelho de Mafra e por consequência da Vila da Ericeira, promovendo em alguns, uma maior procura pelo Ericeira Camping.

Destacamos:

- O **X SUMMOL SUMMER FEST**, que consiste num festival de música e que marca o arranque dos festivais de verão a nível nacional. Este festival contou com a presença de diversos grupos musicais de renome internacional e com uma assistência a rondar as 30.000 pessoas. De entre estas, cerca de 10.000 utilizaram o **Ericeira Camping** para estadia durante o decorrer do evento.
- Apoio logístico a diversas provas de surf na Ericeira na nossa reserva mundial de surf, nomeadamente, **Surf Film Festival, Liga Moche Ericeira Pro Surf, Campeonato Universitário de Surf, Rede Internacional Surf Cities, Ericeira Reserva Mundial de Surf, Mundial Juniores de Surf, Surf Holidays, Apoio Campeonato Nacional BodySurf, Apoio aos eventos e Etapas dos Circuitos Nacionais-Surf Ericeira, Apoio à Taça de Portugal de Jumping 2018-Surf Ericeira e Surf Summit**. De salientar, que este último reuniu cerca de 200 líderes mundiais em tecnologia para realizarem atividades de aventura, networking e palestras, do Web Summit, o maior e mais importante marketplace de tecnologia mundial.
- **Divulgação do Ericeira Camping**, em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra.
- **Animação de Verão Ericeira**, que decorreu em dois locais distintos, no "jogo da bola".t Foi uma organização em parceria com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, com o objetivo de animar as noites de verão da Vila.

2.2 Atividade de Infraestruturas e Rodovias

A **GIATUL** no desenvolvimento desta atividade, executou obras de conservação da rede viária municipal, repavimentou diversos arruamentos, instalou e manteve diversos espaços verdes, executou sistemas de saneamento básico e participou na execução de equipamentos de utilização coletiva.

Procedeu ainda, à venda de massas asfálticas e à receção de materiais asfálticos para reciclagem procurando promover uma maior utilização do estaleiro e da Central de Asfalto.

O Plano de Atividades aprovado para este exercício, foi o seguinte:

TIPO DE OBRAS – 2018		Euros
Estradas e Caminhos – Conservação Corrente por Contrato		2.306.643,00€
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho		50.652,00€
Sinalização e Trânsito		61.358,00€
Iluminação em Diversas Localidades		75.902,00€
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e reservatórios		189.216,00€
Diversos Estudos e Projetos		38.532,00€
Equipamentos – Conservação e Construções Diversas		50.652,00€
Arruamentos em diversas povoações		635.543,00€
Espaços Verdes Jardins		437.239,00€
Infraestruturas Diversas		472.175,00€
Trabalhos para Terceiros		244.824,00€
		4.562.736,00€
Venda de Massas Asfálticas		153.015,00€
Receção e Venda de Reciclados		8,926,00€
		161.941,00€

As Obras executadas foram as seguintes:

OBRAS EXECUTADAS EM 2018		%
Estradas e Caminhos das Freguesias- Conservação Corrente por Contrato	2.533.500,00€	53,57%
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	78.335,28€	1,66%
Sinalização e Transito	76.930,00€	1,63%
Iluminação em Diversas Localidades	94.164,28€	1,99%
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e Reservatórios	199.272,15€	2,22%
Arruamentos em diversas povoações	674.025,18€	14,25%
Equipamentos - Conservação e Construções Diversas	34.051,88€	0,72%
Conservação Reparação Diversos Jardins Infância Escolas Básicas	102.274,74€	2,61%
Espaços Verdes Jardins	459.192,85€	9,71%
Infraestruturas Diversas	571.937,58€	12,09%
Trabalhos para Terceiros	0,00€	0,00%
	4.729.519,66€	100,00%
Venda de Massas Asfálticas		3.852,40€
Recepção e Venda de Reciclados		0,00€
		3.852,40€

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

INDICADORES	Rácio	2018	2017
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante c.p.	44,68%	47,32%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios + Div a Terc. M/L prazo / Imobilizado	86,13%	84,42%
Solvabilidade	Activo Liquido / Passivo	222,40%	202,30%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Activo Liquido Total	55,04%	50,57%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	11,24%	10,64%

Volume de Negócios	5.950.603,58€	7.415.032,61€
Resultado Liquido	198.736,78€	128.625,83€
Cash-Flow Operacional	718.812,29€	691.242,57€

Da sua leitura, verifica-se um reforço dos Capitais Próprios da sociedade, justificado pela redução dos Capitais Alheios Financiados em 792.537,88€ e do Passivo em 800.852,57€.

4. RENDIMENTOS E GASTOS

Rubricas	Valor	Peso %
RENDIMENTOS		
Vendas de Produtos	3.852,40€	0,06%
Prestação de Serviços	5.946.751,18€	95,19%
Subsídios à Exploração	0,00€	0,00%
Imparidade de Dividas a Receber - Reversões	0,00€	0,00%
Outros Rendimentos	296.557,70	4,75%
Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	0,26€	0,00%
Total dos Rendimentos	6.247.161,54€	100,00%
GASTOS		
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	527.790,07€	8,78%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.423.443,70€	56,93%
Gastos com o Pessoal	1.462.397,91€	24,32%
Depreciações e Amortizações	453.240,58€	7,54%
Outros Gastos	114.717,31€	1,91%
Gastos e Perdas de Financiamento	31.831,91€	0,53%
Total dos Gastos	6.013.421,48€	100,00%

**5. INVESTIMENTOS REALIZADOS**

Os investimentos e desinvestimentos realizados no exercício de 2018, foram os seguintes:

	INVESTIMENTOS	DESINVESTIMENTOS/ABATES/REG.
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções		
Equipamento Básico	71.061,22€	
Equipamento Transporte	21.783,25€	
Ferramentas e Utensílios		
Equipamento Administrativo	2.544,00€	
Outras Imobilizações Corpóreas		
	95.388,47€	0,00€
Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital - Mafreduca SA	0,00€	
	0,00€	0,00€
	95.388,47€	0,00€

x
cat
N.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

As atuais projeções para a economia portuguesa, apontam para um ligeiro arrefecimento da atividade para 2019, à imagem das principais economias mundiais, mas suportada maioritariamente pelo bom desempenho do sector do Turismo e de ténue recuperação da procura interna. A taxa de desemprego tem vindo a marcar uma tendência de descida, o que provavelmente também irá contribuir para a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção de graves desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de reequilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamento. Simultaneamente, não se devem ignorar o aumento dos riscos, de natureza interna e externa, que pairam sobre a economia portuguesa e europeia. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajetória descendente no rácio da dívida pública. Em simultâneo, é necessário, continuar o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano. Um consenso alargado, tornar-se-ia fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação destas políticas. Estas condições, são indispensáveis para promover um melhor aproveitamento dos recursos e para promover o crescimento da produtividade, contribuindo assim para um maior equilíbrio económico-social em Portugal.

Relativamente à atividade da sociedade, os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2019, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira anteriormente descrita.

✂
GRF
V.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., apresenta no exercício de 2018, resultados positivos de 198.736,78€ (Cento e noventa e oito mil, setecentos e trinta e seis euros e setenta e oitenta cêntimos).

Verificando que o valor existente em Reservas Legais é superior à taxa que os Estatutos da Sociedade obrigam, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados 79.361,58€
- Reservas Para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos.....119.375,20€

8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 28 de Fevereiro de 2019

O Presidente do Conselho de Administração



Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração



Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.º)

Vogal do Conselho de Administração



Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)

h
em
h.

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

2 - Balanço

GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

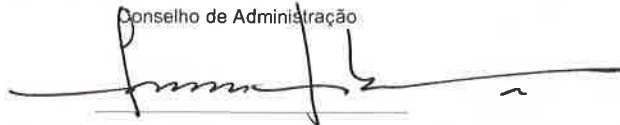
BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODOS	
			2018	2017
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	17	1 901 005,36 €	2 003 400,78 €	
Propriedades de investimento				
Goodwill				
Activos intangíveis	18	8 012 307,63 €	8 212 307,63 €	
Activos biológicos				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial				
Outros investimentos financeiros				
Créditos a receber				
Activos por impostos diferidos				
		9 913 312,99 €	10 215 708,41 €	
Activo corrente				
Inventários	21	40 408,98 €	40 229,92 €	
Activos biológicos				
Clientes	22	588 142,01 €	420 704,21 €	
Estado e outros entes públicos	23	51 856,86 €	73 300,06 €	
Capital subscrito e não realizado				
Outros créditos a receber	20	275 938,42 €	754 688,99 €	
Diferimentos	19	27 806,23 €	19 343,01 €	
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros				
Activos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	24	126 369,63 €	121 724,02 €	
		1 110 522,13 €	1 429 990,21 €	
TOTAL DO ACTIVO		11 023 835,12 €	11 645 698,62 €	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	25	900 000,00 €	900 000,00 €	
Acções (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas legais	26	356 800,25 €	356 800,25 €	
Outras reservas	27	702 158,72 €	501 994,22 €	
Resultados transitados	29	3 913 191,93 €	3 984 730,60 €	
Ajustamento em activos financeiros	28	-6 925,00 €	-6 925,00 €	
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		3 936,47 €	23 684,18 €	
		198 736,78 €	128 625,83 €	
Resultado líquido do período				
Interesses que não controlam				
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		6 067 899,15 €	5 888 910,08 €	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões				
Financiamentos obtidos	33	2 220 977,17 €	2 734 803,45 €	
Responsabilidade por beneficios pós-emprego				
Passivos por impostos diferidos				
Outras dívidas a pagar	31	249 533,71 €		
		2 470 510,88 €	2 734 803,45 €	
Passivo corrente				
Fornecedores	32	365 660,93 €	916 126,87 €	
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros entes públicos	30	109 671,57 €	74 116,79 €	
Financiamentos obtidos	33	510 289,00 €	789 000,60 €	
Outras dívidas a pagar	31	987 370,95 €	699 675,69 €	
Diferimentos	19	512 432,64 €	543 065,64 €	
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
Passivos não correntes detidos para venda				
		2 485 425,09 €	3 021 985,09 €	
TOTAL DO PASSIVO		4 955 935,97 €	5 756 788,54 €	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		11 023 835,12 €	11 645 698,62 €	

Conselho de Administração





Contabilista Certificado n° 67159



219737428

67159

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

3 – Demonstração de Resultados

GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

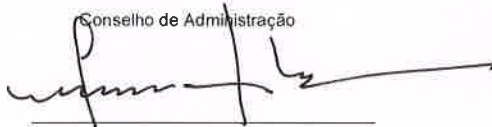
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e Serviços Prestados	6	5 950 603,58 €	7 415 032,61 €
Subsídios à exploração	12	0,00 €	1 244,78 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-527 790,07 €	-712 893,72 €
Fornecimento e serviços externos	8	-3 423 443,70 €	-4 824 100,38 €
Gastos com o pessoal	9	-1 462 397,91 €	-1 310 888,46 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	0,00 €	-14 795,55 €
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	11	296 557,70 €	204 919,44 €
Outros gastos	13	-114 717,31 €	-82 071,70 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		718 812,29 €	676 447,02 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14	-453 240,58 €	-466 920,90 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		265 571,71 €	209 526,12 €
Juros e rendimentos similares obtidos	15	0,26 €	0,93 €
Juros e gastos similares suportados	16	-31 831,91 €	-43 322,65 €
Resultados antes de impostos		233 740,06 €	166 204,40 €
Imposto sobre o rendimento do período		-35 003,28 €	-37 578,57 €
Resultado líquido do período		198 736,78 €	128 625,83 €

Conselho de Administração





Contabilista Certificado nº 67159



219737428

67159

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Giatul-Actividades Ludicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas			2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:				
Recebimento de clientes		+	6 261 916,35 €	6 798 548,50 €
Pagamentos a fornecedores		-	-4 051 869,45 €	-4 831 523,90 €
Pagamentos ao pessoal		-	-1 462 397,91 €	-1 310 888,46 €
Caixa gerada pelas operações		+/-	747 648,99 €	656 136,14 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	16 853,58 €	-52 027,93 €
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	181 840,39 €	126 042,14 €
Fluxos das actividades operacionais	[1]	+/-	946 342,96 €	730 150,35 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	-117 327,82 €	-126 122,98 €
Activos intangíveis		-	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros		-	0,00 €	0,00 €
Outros activos		-	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+	0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros		+	0,00 €	0,00 €
Outros activos		+	0,00 €	0,00 €
Subsidios ao investimento		+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		+	0,00 €	0,00 €
Dividendos		+	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2]	+/-	-117 327,82 €	-126 122,98 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos		+	0,26 €	0,93 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos		+	0,00 €	0,00 €
Doações		+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		+	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos		-	-792 537,88 €	-620 430,46 €
Juros e gastos similares		-	-31 831,91 €	-43 322,65 €
Dividendos		-	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		-	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]	+/-	-824 369,53 €	-663 752,18 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]		4 645,61 €	-59 724,81 €
Efeitos das diferenças de câmbio		+/-	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	121 724,02 €	181 448,83 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	126 369,63 €	121 724,02 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 67159

219737428

67159

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

5 – Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **GIATUL, ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M.-S.A.** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda, mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

Em Março de 2008 a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em Agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

Em consequência desta fusão, o objecto social da sociedade incorporante passou a consistir no seguinte:

[Handwritten signature]

1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município.

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

O capital social da empresa passou para € 900.000,00, representado por 180.000 acções nominativas de 5,00 euros cada, detidas a 100% pelo Município de Mafra.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

[Handwritten signature and initials]

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados

Handwritten signature and initials:
J
emf
W.

condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito, mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2018, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, EM SA".

Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

PARTICIPADA	Participação	Valor Mensurado	Ano Aquisição	Total do Capital Social	Resultado 2018
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100.000,00	(781.321,89€)

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, SA, conforme deliberação inscrita na Acta da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, conforme se descrito no relatório de gestão do exercício anterior, não chegou a ficar concluído.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo.

A 31/12/2018 apresentava Capitais Próprios negativos em 20.845.785,03€.

4. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Imparidade de activos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Reconhecimento de Vendas e Serviços Prestados

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

✗
cmr
V.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os activos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores actualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma

a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o activo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de activos.

Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afectar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Responsabilidades e Gastos com benefícios de reforma de trabalhadores

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Custos de empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Subsídios públicos

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Emprego e Formação Profissional, tendo como objetivo promover a inserção de jovens com incapacidade no mercado de trabalho.

Impostos sobre os resultados

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de activos por impostos diferidos.

Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Activos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o activo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de linha recta (quotas constantes), com aplicação de

[Handwritten signature]

percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objecto de estimativa actualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Para a generalidade dos activos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Activos não correntes detidas para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Handwritten signature/initials

1
OMC
V.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afectar o valor do respectivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Justo Valor nas Propriedades de Investimento e Imparidades de activos

Aplicaram-se para o efeito, as disposições contidas na NCRF 11 - Propriedades de investimento.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

[Handwritten signature]

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Investimentos financeiros activos

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respectivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Outras contas a pagar

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor actual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

X
OK
V.

Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo, sendo a taxa de juro efectiva a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros:

São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos accionistas.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Passivos contingentes e activos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objecto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes

[Handwritten signature]

critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização directa; e (iv) fluxos de caixa descontados.

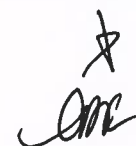
b) As Vidas úteis dos activos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICO

A Demonstração dos Resultados por Funções não é objecto de preparação em SNC porque a empresa optou por não a elaborar.


NOTAS DISCRIMINATIVAS E EXPLICATIVAS**6. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

Detalhe das Vendas e Prestação de Serviços dos exercícios:

	2018	2017
Vendas de produtos acabados	3.852,40€	80.743,08€
Prestação de Serviços:		
Infraestruturas	4.729.519,66€	6.188.377,93€
Parque de Campismo	1.217.231,52€	1.145.911,60€
Vendas e serviços prestados na DRN SNC	5.950.603,58€	7.415.032,61€

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2018	2017
Existências iniciais	40.229,92€	35.133,30€
Compras de matérias, subsidiárias e de consumo no período	527.969,13€	717.990,34€
Existências finais	40.408,98€	40.229,92€
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas na DRN SNC	527.790,07€	712.893,72€

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos dos exercícios, foram os seguintes:

	2018	2017
Subcontratos	2.343.226,09€	3.613.451,34€
Trabalhos especializados	234.921,65€	312.377,09€
Publicidade e propaganda	2.186,66€	7.621,54€
Vigilância e segurança	101.429,00€	105.366,36€
Honorários	0,00€	0,00€
Comissões	444,75€	0,00€
Conservação e reparação	163.709,48€	143.880,18€
Serviços Bancários	28.087,71€	27.156,35€
Outros Serviços	0,00€	0,00€
Ferramentas e Utensílios	41.290,98€	40.163,54€
Livros e documentação técnica	0,00€	6,10€
Material de escritório	12.065,82€	13.412,46€
Artigos para oferta	41,49€	0,00€
Eletricidade	77.266,03€	95.626,33€
Combustíveis	188.238,75€	221.333,96€
Água	109.225,35€	109.666,10€
Lubrificantes	3.107,31€	720,51€
Deslocações e estadas	1.599,98€	808,02€
Rendas a alugueres	33.274,07€	42.908,19€
Comunicação	11.380,91€	16.861,98€
Seguros	25.415,89€	33.656,37€
Contencioso e notariado	30,60€	481,00€
Despesas de representação	271,20€	56,25€
Limpeza, higiene e conforto	45.967,99€	37.423,44€
Outros Serviços	261,99€	1.123,27
Fornecimentos e serviços externos na DRN SNC	3.423.443,70€	4.824.100,38€

9. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe dos Gastos com o Pessoal nos exercícios:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	0,00€	0,00€
Remunerações do pessoal	1.111.192,09€	1.009.414,85€
Encargos sobre remunerações	248.967,55€	239.567,64€
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	14.378,14€	13.314,93€
Indemnizações e acordos de rescisão	0,00€	0,00€
Outros gastos com o pessoal	87.860,13€	48.591,04€
Gastos com pessoal na DRN SNC	1.462.397,91€	1.310.888,46€

O número médio de funcionários em 2018 foi de 91, sendo 14 do Parque de Campismo.

10. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Desdobramento dos ajustamentos e imparidades ocorridas nos exercícios:

	2018	2017
Aumentos de ajustamentos de valor em clientes	9.505,53€	14.795,55€
Recuperação de dívidas	9.505,53€	0,00€
Imparidade de dívidas a receber na DRN SNC	0,00€	14.795,55€

Neste período houve ajustamentos para clientes tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe dos Outros Rendimentos dos exercícios:

	2018	2017
Correções imputáveis a períodos anteriores	1.976,12€	27.135,48€
Outros rendimentos e ganhos	294.581,58€	177.783,96€
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	296.557,70€	204.919,44€

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a “Tarawa-kiribati”, que gerou um rendimento no montante de 108.000,00 euros, no exercício de 2018. Acresce o rendimento de 60.000,00 euros que advém do acordo celebrado entre a Camara Municipal de Mafra e a Giatul referente à cessão de uma parcela de terreno pelo período remanescente do Contrato Programa o qual se conclui a 29 de Junho de 2029.

12. SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO

	2018	2017
Subsídios à exploração	0,00€	1.244,78€
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	0,00€	1.244,78€

3. OUTROS GASTOS

Detalhe de Outros Ganhos dos exercícios:

	2018	2017
Impostos indiretos	6.828,57€	2.688,28€
Impostos diretos	965,66€	965,66€
Correções de Exercícios Anteriores	1.477,38€	18.884,25€
Taxas	37.901,20€	54.363,95€
Gastos Perdas Investimentos não financeiros	66.126,22€	0,00€
Donativos	15,00€	1.000,00€
Multas e penalidades	1.358,25€	1.500,00€
Outros gastos e perdas	45,03€	2.669,56€
Outros gastos e perdas na DRN SNC	114.717,31€	82.071,70€

14. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das Amortizações dos Activos Tangíveis e Intangíveis, dos exercícios:

	2017	2017
Amortizações de ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	38.814,69€	25.804,91€
Equipamento básico	192.549,26€	191.640,30€
Equipamento de transporte	17.959,67€	11.409,67€
Equipamento administrativo	3.583,65€	2.661,43€
Outros activos fixos tangíveis	333,31€	0,00€
Propriedade Industrial	200.000,00€	200.000,00€
Projectos de Desenvolvimento	0,00€	35.404,59€
Gastos de depreciação e de amortização na DRN SNC	453.240,58€	466.920,90€

15. JUROS OBTIDOS E OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos juros bancários obtidos.

	2018	2017
Juros obtidos de depósitos	0,26€	0,93€
Juros obtidos de aplicações de tesouraria		
Juros obtidos de clientes		
Juros obtidos de outras entidades		
Rendimentos de participadas valorizadas ao custo		
Diferenças cambiais favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos		
Juros e rendimentos similares obtidos na DRN SNC	0,26€	0,93€

16. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2018	2017
Juros contraídos com empréstimos bancários	31.502,45€	42.548,67€
Juros contraídos em locações financeiras	299,43€	0,00€
Juros de mora e compensatórios	30,03	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00€	773,98€
Juros e gastos similares suportados na DRN SNC	31.831,91€	43.322,65€

17. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Fixos tangíveis:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	420.691,21€				420.691,21€
Edifícios e outras construções	531.511,49€	86.464,71€			617.976,20€
Equipamento básico	6.193.326,37€	34.389,87€	71.061,22€		6.156.655,02€
Equipamento de transporte	202.937,20€	63.983,25€	21.783,25€		245.137,20€
Ferramentas e utensílios					
Equipamento administrativo	103.074,03€	12.636,33€	2.544,00€		113.166,36€
Outros activos fixos tangíveis	64.887,24€	333,31€			65.220,55€
Depreciações acumuladas	-5.513.026,76€	-204.814,42€			-5.717.841,18€
Perdas por imparidade acumuladas	0,00€				0,00€
Total	2.003.400,78€	-197.783,89€	95.388,47€		1.901.005,36€

Totais das variações do ano sem depreciações

Aquisições	Alienações
195.263,47€	0,00€

No que respeita ao valor reconhecido em “Terrenos e recursos naturais” corresponde ao terreno denominado “Vale da Póvoa de Cima”, localizado no concelho de Maфра. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos exercícios seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates (a)	Saldo Final
Ativos intangíveis					
Goodwill					
Projectos de desenvolvimento					
Programas de computador					
Propriedade industrial	10.912.307,80€				10.912.307,80€
Outros activos intangíveis	106.192,53€				106.192,53€
Amortizações acumuladas	-2.806.192,70€	-200.000,00€			-3.006.192,70€
Perdas por imparidade acumuladas					
Total	8.212.307,63€	-200.000,00€			8.012.307,63€

Discrimina-se o valor da rubrica por item.

Descrição	Ano Aquisição	Valor Reconhecido	Tipo de Direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2.422.372,88€	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421.956,08€	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565.619,09€	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320.462,17€	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288.732,28€	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212.801,30€	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272.283,08€	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305.108,52€	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313.317,44€	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651.381,20€	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138.273,76€	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	2.099.999,83€	Cessão Exploração
Soma		8.012.307,63€	

O Parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em Fevereiro de 2019.


19. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no Activo Corrente é o seguinte:

(Activo corrente)	2018	2017
Diferimentos:		
Juros a reconhecer	14.340,94€	19.343,01€
Gastos a reconhecer	13.465,29€	0,00€
Diferimentos no balanço SNC	27.806,23€	19.343,01€

O desdobramento dos diferimentos registados no Passivo Corrente, é o seguinte:

(Passivo Corrente)	2018	2017
Rendimentos a reconhecer (Proveitos Diferidos)	512.432,64€	543.065,64€
Diferimentos no balanço SNC	512.432,64€	543.065,64€

20. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Detalhe das Outras Contas a Receber:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2018	2017
(Activo corrente)		
Devedores por acréscimo de Rendimentos	275.938,42€	754.688,99€
Outros devedores	0,00€	0,00€
Outras contas a receber no balanço SNC	275.938,42€	754.688,99€

Na rubrica de Devedores por acréscimo de rendimentos encontram-se reconhecidos 23.565,00€ Euros de valores faturados em 2019 correspondente a serviços de alojamento no Parque de Campismo ocorridos em 2018.

21. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2018	2017
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	40.408,98€	40.229,92€
Inventários reclassificados de acordo com a NCRF 3	40.408,98€	40.229,92€


22. CLIENTES

Saldo da Conta Clientes nos exercícios:

	2018	2017
Clientes C/C - Mercado Nacional	588.142,01€	420.704,21€
Clientes C/C – Títulos a Receber	0,00€	0,00€
Clientes - Factoring	0,00€	0,00€
Clientes no balanço SNC	588.142,01€	420.704,21€

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVO)

Detalhe dos saldos devedores da conta Estado, nos exercícios:

	2018	2017
IRC Capitais	0,00€	0,00€
IRC Prediais	27.000,00€	27.000,00€
IRC Juros Bancários	0,06€	0,19€
Pagamento Especial por Conta	13.483,80€	6.0002,88€
Pagamento por Conta	11.373,00€	0,00€
IVA a Recuperar	0,00€	40.296,99€
Estado e outros entes públicos no balanço SNC	51.856,86€	73.300,06€

24. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Detalhe da conta caixa e seus equivalentes:

	2018	2017
Caixa	3.365,34€	3.588,75€
Depósitos imediatamente mobilizáveis	120.504,29€	115.635,27€
Depósitos a Prazo	2.500,00€	2.500,00€
Caixa e depósitos bancários no balanço SNC	126.369,63€	121.724,02€

25. CAPITAL REALIZADO

Composição do Capital:

	2018	2017
Capital realizado no balanço SNC	900.000,00€	900.000,00€

O "Município de Mafra" detém 100% do capital social da Giatul, EM. SA.

26. RESERVAS LEGAIS

Composição da Reserva legal:

	2018	2017
Reservas legais	356.800,25€	356.800,25€
Reservas legais no balanço SNC	356.800,25€	356.800,25€

27. OUTRAS RESERVAS

Composição das Outras Reservas:

	2018	2017
Reservas livres	425.027,06€	425.027,06€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2014	50.028,30€	0,00€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2015	129.676,67€	76.967,16€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2017	97.426,69€	0,00€
Outras reservas no balanço SNC	702.158,72€	501.944,22€

28. AJUSTAMENTOS DE ACTIVOS FINANCEIROS

	2018	2017
Ajustamentos de aplicação do MEP	-6.925,00	-6.925,00
Ajustamentos em activos financeiros no balanço SNC	-6.925,00	-6.925,00

29. RESULTADOS TRANSITADOS

Detalhe da evolução dos Resultados Transitados nos exercícios:

	2018	2017
Resultados Transitados	3.913.191,93€	3.984.730,60€
Resultados transitados no balanço SNC	3.913.191,93€	3.984.730,60€

30. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Passivo)

Desdobramento das Contas com o Estado:

	2018	2017
(Passivo corrente)		
Iva a Pagar	50.696,70€	0,00€
CGA e ADSE a pagar	4.193,61€	3.011,69€
Segurança social a pagar	25.938,49€	22.113,62€
IRS a pagar	8.471,41€	6.475,98€
IRC a Pagar	24.856,80€	42.515,50€
Estado e Outros Entes Públicos no balanço SNC	109.671,57€	74.116,79€

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

31. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Detalhe das Outras Contas a Pagar:

	2018	2017
(Passivo não corrente)		
Credores Diversos	249.533,71€	0,00€
(Passivo corrente)		
Credores Diversos	966.818,00€	189.974,05€
Impostos diferidos	20.552,95€	5.921,03€
Outras contas a pagar no balanço SNC	987.370,95€	195.895,08€

32. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de Fornecedores:

	2018	2017
Fornecedores C/C	365.660,93€	916.126,77€
Fornecedores C/ garantias	0,00€	503.780,21€
Adiantamentos a Fornecedores	0,00€	0,00€
Fornecedores no balanço SNC	365.660,93€	1.419.906,98€

33. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos Financiamentos obtidos nos exercícios:

	2018	2017
(Passivo não corrente)		
Dívidas a mais de um ano a instituições de crédito nacionais	2.220.977,17€	2.734.803,45€
Financiamentos obtidos no balanço SNC	2.220.977,17€	2.734.803,45€
(Passivo corrente)		
Dívidas a menos de um ano a instituições de crédito nacionais	510.289,00€	789.000,60€
Financiamentos obtidos no balanço SNC	510.289,00€	789.000,60€

- a) Neste valor estão incluídos os financiamentos através de Conta Corrente Caucionada, Locação financeira e Desconto de Letras.

34. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artºs 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

35. SALDOS ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2018	2017
Saldos em outras contas a receber		
Câmara Municipal de Mafra	511.836,16€	365.176,66€
Saldos em contas a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	0,00€	93.035,78€

36. TRANSACÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe das transações ocorridas com associadas:

	2018	2017
Réditos		
Câmara Municipal de Mafra	5.120.283,54€	5.765.081,91€
Fornecimentos e serviços externos		
Câmara Municipal de Mafra	187.375,64€	216.568,83€

Mafra, 28 de Fevereiro de 2019

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 67159



219737428
67159

6 – Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

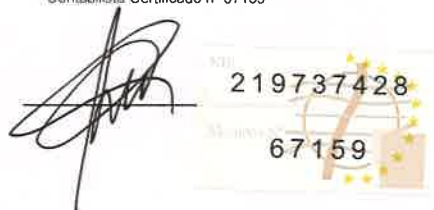
Giatul-Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital												Valores contabilizados		Total do Capital Próprio	
			Capital realizado	Ações (equity) próprias	Reserva das participações e outras participações de capital próprio	Provisões de entidades	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Utilização de reservas financeiras	Reserva de revalorização	Outras variações no montante líquido	Resultado líquido do período	Total				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6		900 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356 800,25 €	501 994,22 €	3 984 730,80 €	-6 925,00 €	0,00 €	23 684,18 €	128 625,83 €	5 888 910,08 €	0,00 €	5 888 910,08 €		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																		
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																		
Alterações de políticas contabilísticas																		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																		
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																		
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																		
Ajustamentos por impostos diferidos																		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							0,00 €	200 164,50 €	-71 538,67	0,00 €		-19 747,71 €	-128 625,83 €	-19 747,71 €		-19 747,71 €		
	7		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	200 164,50 €	-71 538,67 €	0,00 €	0,00 €	-19 747,71 €	-128 625,83 €	-19 747,71 €	0,00 €	-19 747,71 €		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8												198 736,78 €	198 736,78 €		198 736,78 €		
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8												70 110,95 €	178 989,07 €		178 989,07 €		
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																		
Realizações de capital																0,00 €		
Realizações de prémios de emissão																0,00 €		
Distribuições																0,00 €		
Entradas para cobertura de perdas																0,00 €		
Outras operações																0,00 €		
	10		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11=6+7+8+10		900 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356 800,25 €	702 158,72 €	3 913 191,93 €	-6 925,00 €	0,00 €	3 936,47 €	198 736,78 €	6 067 899,15 €	0,00 €	6 067 899,15 €		

Contabilista Certificado nº 67159



Conselho de Administração

Handwritten signature of the Board of Directors and a large handwritten signature.

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

7 – Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. que compreendem o balanço em 31/12/2018 que evidencia um total de 11.023.835 euros e um total de capital próprio de 6.067.899 euros, incluindo um resultado líquido de 198.737 euros, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. em 31/12/2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2018 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 20.845.785 Euros. A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM,

S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com



base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de Março de 2019

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Registada na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,

Revisor Oficial de Contas, n.º 1167

Registado na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Acionistas, da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de resultado por natureza, Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 relativos à GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.

2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal das Contas não qualificada com a data de 15 de março de 2019, com a seguinte ênfase:

a) A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2018 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 20.845.785 Euros. A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.



4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 15 de Março de 2019

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Registada na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490
Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167
Registado na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779